

Democracia e Economia: relações e tensões

Élio Gasda*

Resumo: O texto está organizado da seguinte forma: brevíssimo apontamento da relação original entre economia e política; uma constatação óbvia: crise generalizada da democracia; processo de subordinação da Política ao sistema econômico; como a democracia deu lugar à plutocracia: o caso brasileiro; apelo da Doutrina social da Igreja: restaurar a relação ideal entre economia e política.

Palavras-chave: Democracia; Economia; Política; Doutrina Social da Igreja.

1. BREVÍSSIMO APONTAMENTO DA RELAÇÃO ORIGINAL

No sentido clássico (grego), identifica-se uma relação na divisão dos saberes. A Política e economia estão na esfera da práxis.

Theoria: meta-física; Physis.

Práxis: Ética; Política; Economia.

Poiética: Arte, produção de objetos – labor.

A palavra *economia* (*oikos* + *nomos*) significa arte de legislar e administrar a casa (*oikos*). *Pólis* (*politikós*), significa aquilo que se refere à cidade, ao cidadão, ao civil, público, social. É a ciência sobre as *coisas da cidade*. Se a *polis* existe por natureza, o homem é por natureza um animal da *pólis*. O bem maior é o bem político. Seu objeto é o bem humano em sua máxima expressão, o político. O cidadão é o gerador da vida pública. A práxis política por excelência é o exercício da palavra. Na palavra se revela o político (ARISTOTELES, 1957).

Democracia é um conceito político, não econômico. Aristóteles distingue regimes políticos: monarquia (poder de um só), aristocracia (poder de alguns), democracia. Democracia: forma de governo em que o sujeito da autoridade política é o povo. O poder repousa na soberania *do povo* (*Constituição Brasileira* art.1). A *democracia* é uma forma de governo que garante aos cidadãos a *isonomia*, ou seja, igualdade perante a lei, a *isotimia*, direito igual para exercer qualquer função, *isegoria*, o direito de falar - liberdade de expressão. Democracia é uma relação, modo de estar com os outros na *pólis*. Governos democráticos governam no interesse dos governados. A Soberania é um dos fundamentos

* Professor Adjunto do Departamento de Teologia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia.

do Estado. A legitimidade do Estado democrático de direito repousa na soberania *do povo* (*Constituição Federal* art. 1- todo poder emana do povo). *Laico* (*laikós*) é um princípio pétreo. O Estado clássico de direito se justificava na soberania do povo.

2. CONSTATAÇÃO ATUAL: CRISE DA DEMOCRACIA

Desrespeitar a soberania popular é destruir a democracia. Democracia tornou-se uma palavra vazia usada para descrever tudo aquilo que não é um regime autoritário. *Regimes autoritários* plutocratas se disfarçam com verniz democrático. O Estado foi desfigurado, o bem público foi privatizado. A democracia representativa perdeu a luta contra o sistema econômico. Os detentores do capital já não se contentam em controlar os políticos, querem pautar a própria agenda da política.

3. POLÍTICA SUBORDINADA AO SISTEMA ECONÔMICO

O conceito de política está ligado à ideia de *poder* (BOBBIO, 2000). O poder tem como condição a obediência. O poder *é uma relação* entre pessoas, entre pessoas e instituições ou entre instituições. Um polo determina as ações, elege os problemas e as soluções. Formas de poder: econômico, ideológico, político.

O *poder econômico* se impõe pela posse das riquezas materiais. Ter capital confere poder. O *poder ideológico* é o controle das ideias que condicionam a organização social. *Poder político* funda-se sobre o controle do monopólio da força. As três formas mantêm uma sociedade de desiguais: entre ricos e pobres (poder econômico), entre sábios e ignorantes (ideológico), entre superiores e inferiores (político).

O poder hegemônico é o econômico. O poder ideológico e o político refletem a estrutura econômica (trabalho controlado pelo capital). O poder econômico (capitalismo) e o poder ideológico (neoliberalismo) servem-se do poder político. Quem controle o Poder impõe as razões de Estado.

Os fins perseguidos pelo Estado serão aqueles impostos pelos poderosos. Qual o *fim por excelência da política atual*? Política *do fim que justifica os meios*. O poder político tornou-se um meio para alcançar fins econômicos. Política a serviço do poder econômico.

A razão da economia converteu-se na *razão de Estado*. A razão político-administrativa tem como prioridade controlar a população como recurso a serviço do sistema econômico. Governos reféns da economia têm como responsabilidade controlar as sociedades. Foucault: *Governamentalidade*: conjunto de instituições, procedimentos, análises, cálculos e estratégias que permitem exercitar esta forma de poder. O *poder político* assumiu a forma de uma *Oikonomia* - um *governo doméstico dos homens*.

ETAPAS DO PROCESSO DE SUBORDINAÇÃO – QUANDO TEVE INÍCIO A SUBORDINAÇÃO?

Celso Furtado (FURTADO, 1961) observa que o conceito moderno de economia se constituiu em dois momentos. No primeiro, a racionalidade se revela pelo objetivo definido com clareza (lucro) e pela acumulação de capital como meio de atingi-lo. É momento da revolução comercial. No segundo momento, com a revolução industrial, a racionalidade se expressa na busca do lucro além de acumular capital. Na modernidade passou-se a um sistema econômico comandado pelos mercados que visam ao lucro.

Primeira etapa: economia abarcou a política. A mercantilização de tudo transforma a sociedade em uma *sociedade de mercado*, em que tudo tem seu preço. A economia não está mais inserida nas relações sociais, mas as relações sociais estão inseridas no mercado.

A Economia Política se erguia como teoria social, um elenco articulado de ideias que buscava uma visão do conjunto da vida social. Os autores tinham objetivos de intervenção social e política. A *economia política* é um corpo teórico voltado para a explicação e compreensão da dinâmica social. O sistema smithiano-calvinista surge como solução para a organização social na forma de uma *ordem espontânea*. Calvino introduziu um ideal ascético no interior da vida civil e Smith incorporou a ordem natural que consagra a distribuição da riqueza entre os homens e as nações. O guardião dessa ordem é a *Providência* com sua *mão invisível* (SMITH, 1997).

Uma *sociedade de mercado* exige a subordinação da política à sua lógica. Todos os processos sociais são controlados pelo capital. As *relações sociais* desaparecem e a Economia é vista por seu lado técnico, histórico e abstrato. Os fenômenos econômicos são encarados como um processo mecânico, matematicamente demonstrável e determinado. Políticas submetidas ao império de uma economia confiscada por um pequeno número de atores que escapam a qualquer controle. *As origens da catástrofe residem no empenho utópico do liberalismo econômico em erguer um sistema de mercado autorregulado, uma instituição que não poderia existir sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade* (POLANYI, 2000).

Segunda etapa: sistema econômico abarcou o Estado. O sistema é uma combinação entre economia e política:

A economia global foi constituída politicamente. A reestruturação das empresas, e as novas tecnologias de informação, não teriam evoluído sem políticas de privatização e investimentos públicos. Políticas implantadas por governos. É necessário ter uma perspectiva da economia política para entender o triunfo dos mercados sobre os governos (CASTELLS, 1999, p. 188).

Razões de Estado resume-se a manter a saúde dos mercados.

Terceira etapa: Democracia neutralizada: Vivemos a etapa da pós-democracia. A corrosão do Estado de Direito desativou o jogo democrático. Direitos antes eram ligados

à cidadania e estabelecidos pela democracia (previdência social, educação, saúde) são questionados pela ideia consumista e pela meritocracia. O neoliberalismo “desdemocratiza” a democracia. Não é mais o Estado de direito clássico.

Final do processo: Economia Política neoliberal. No contexto atual, o Neoliberalismo pode ser definido como o capital sem controles sociais mínimos. O processo de expansão do capitalismo dos últimos 30 anos se deu a partir dessas pautas. O sistema econômico inaugurou uma nova estrutura de poder, fez do mercado o novo *sujeito político* a ocupar a soberania do povo. O mercado é o novo sujeito político soberano. Seus objetivos tornaram-se a razão de Estado, independente da vontade popular. Seu único propósito é a sua própria conservação. Isso exige bloquear a democracia ou anular seus efeitos. Uma política aprisionada pela economia, *capturada pelos interesses financeiros*. Democracia neutralizada. Assim, o sistema pode seguir sua única *Lei*: acumular riqueza sem ser perturbado. O desaparecimento das regras e das fronteiras deixa o capital entregue às suas próprias leis de movimento.

4. DEMOCRACIA SUPRIMIDA PELA *PLUTOCRACIA*. O FIM DA LIBERDADE POLÍTICA.

O sistema trabalha para os que estão no topo, acionistas e rentistas, empresários, banqueiros. Qual o grau de influência desta estrutura de poder sobre as decisões do Estado? III Encontro Mundial dos movimentos populares (2016): Quem governa então? O dinheiro. Como governa? Com o chicote do medo, da desigualdade, da violência econômica, social, cultural e militar que gera sempre mais violência. Há um terrorismo de base que emana do controle global do dinheiro e ameaça toda a humanidade”. EG, 54: “Instaura-se uma nova tirania invisível, às vezes virtual, que impõe, de forma unilateral e implacável, as suas leis e as suas regras”. O sistema se move em função de si mesmo.

Isso não é novidade. O capitalismo nunca foi compatível com a democracia. Ele dividiu a sociedade entre os donos do capital e o resto, os trabalhadores, os descartados. O capital é a mais poderosa estrutura de controle à qual tudo deve se ajustar, ou perecer. Os donos do capital não abdicam de seu poder em favor do povo. As instituições estão organizadas em função dos seus interesses. O que esperar delas? A indiferença do eleitor é o retrato da sua impotência diante da política confinada à esfera do mercado. O povo é um coadjuvante inconveniente. *A política é do capital*. A derrota da aristocracia era uma promessa da democracia. Mas vemos os poderes da república tomados por milionários, ruralistas, empresários, banqueiros e lobistas. Regime plutocrata-autoritário. O sufrágio universal transformou-se “em instrumento de engano, como tem sido” (Marx).

A destruição da democracia leva à crise do sentido da liberdade. Para a pergunta sobre o sentido da política existe uma resposta tão simples e tão conclusiva que se podem dispensar as demais: o sentido da política é a liberdade” (ARENDRT, 1998). O sentido da política é a liberdade como manifestação humana, mediada pela ação e pela linguagem no espaço público. Política sem liberdade é uma perversão. Liberdade sem política é falsa. A

política está centrada em torno da liberdade entendida como o *não-ser-dominado*. A *Política* como dimensão central da vida humana, cede espaço para *as políticas* derivadas da *razão de Estado*. Estabelece-se uma razão político-administrativa cuja prioridade é o controle da população definida como recurso necessário à reprodução do capital. A financeirização é a melhor forma de controle social. O neoliberalismo cria “sujeitos neoliberais”, um “neossujeito” que organiza todas as esferas de sua vida segundo a lógica neoliberal (DARDOT, 2016). O sujeito não é consciente de sua própria subordinação. A liberdade tornou-se episódica, um simulacro. E a democracia um *faz-de-conta*.

5. UMA ILUSTRAÇÃO: BRASIL

O neoliberalismo deslocou foco do poder da política para a economia de maneira radical. A concentração do poder econômico conduziu a esta concentração de poder. O capitalismo neoliberal está destruindo conquistas democráticas. O Brasil é prova desse processo de destruição. A coalizão que governa o país, composta pela Rede Globo, Poder Judiciário e Sistema Financeiro levou a nação ao fundo do poço. Já são quase 30 milhões de desempregados.

Em nenhum país do mundo, a democracia perdurou sem se transformar em “cultura”. Podemos aplicar ao Brasil a sentença de Rousseau aos ingleses: “O povo inglês julga ser livre, mas engana-se profundamente: é livre apenas durante a eleição; mal os candidatos são eleitos, o povo volta a ser escravo, deixa de existir” (Contrato Social, III.15). Segundo Rousseau, “uma sociedade só é democrática quando ninguém for tão rico que possa comprar alguém e ninguém seja tão pobre que tenha de se vender a alguém”.

Vivemos um processo acelerado de desdemocratização levado a cabo pela aliança entre neoliberalismo e neoconservadorismo. Esta ocorrência não é só brasileira. Os neoconservadores preparam o terreno para o livre fluxo do capital transnacional. Neste cenário se dá o fim da democracia, o desmonte da constituição, dos direitos, a privatização dos bens e empresas estatais. Tudo ocultado sob a máscara de legalidade democrática. A redução da política à força do dinheiro torna o sistema político impermeável à participação popular.

A plutocracia brasileira que enxotou a democracia é também cleptocrata. O roubo foi institucionalizado. A cleptocracia governa saqueando os direitos do povo e as riquezas do país, se apropria de parcelas do orçamento público reservadas aos sistemas sociais (aposentadoria, saúde, educação, habitação)¹. A redução da política à força do dinheiro impede a participação da sociedade civil. O mercado define as regras do jogo. Por isso a

¹ Os donos da Rede Globo (irmãos **Marinho**) e mais cinco homens possuem juntos a mesma riqueza que outros 100 milhões de brasileiros: Cinco pessoas com patrimônio equivalente ao da metade mais pobre do país, chegando a R\$ 549 bilhões em 2017 – 13% maior em relação ao ano anterior. Ao mesmo tempo, os 50% mais pobres do Brasil tiveram sua riqueza reduzida no mesmo período, de 2,7% para 2%. Cf. [https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/2018_Recompensem_o_Trabalho_Nao_a_riqueza Word.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/2018_Recompensem_o_Trabalho_Nao_a_riqueza_Word.pdf)

pós-democracia controlada por plutocratas/cleptocratas. Mecanismos da política (eleições, partidos, congresso, poder executivo, etc.) estão subordinados aos seus interesses.

Conquistas democráticas vão sendo destruídas. A vontade do eleitor é descartada; a interferência da mídia que não permite mais falar em eleições justas; Não há mais liberdade de expressão, não há mais diversificação das opiniões; há perseguição aberta aos movimentos sociais de contestação. Às populações discriminadas não é reconhecida a mesma dignidade. São populações que, apesar de todas as declarações universais dos direitos humanos, são consideradas sub-humanos e as suas vidas pouco valor. Populações vítimas do racismo, da xenofobia, da expulsão das suas terras para abrir caminho aos megaprojetos mineiros e agroindustriais e à especulação imobiliária, da violência policial e das milícias paramilitares, do tráfico de pessoas e de órgãos, do trabalho escravo.

Os pobres estão vulneráveis ao estado de exceção. Sobre ele se abate uma situação que os condena a uma sobrevivência indigna. A fome, a falta de moradia e de assistência à saúde, a falta de trabalho e uma renda insuficiente os condena à morte lenta e cruel. A vida do excluído é uma vida nua. Na vida deles a exceção é norma. O direito não se considera responsável pela condição de desumanidade dos pobres. Os cortes em investimentos em saúde, educação, moradia e salário ferem de morte os direitos fundamentais dos que não podem pagar. A ideia de bem comum e justiça social foi apagada do debate político.

6. DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA: RESTAURAR A RELAÇÃO ADEQUADA ENTRE ECONOMIA E POLÍTICA

Constatações de Papa Francisco: “Os recursos da terra estão sendo depredados também por causa de formas imediatistas de entender a economia e a atividade comercial e produtiva” (*Laudato si*, n.32). “Enquanto os benefícios de uns poucos crescem exponencialmente, a maioria está ficando mais distante do bem-estar de uma minoria feliz” (*Evangelii gaudium*, n. 56).

O Documento *Oeconomicae et pecuniariae quaestiones: considerações para um discernimento ético sobre alguns aspectos do atual sistema econômico-financeiro*, elaborado pela Congregação para a Doutrina da Fé e pelo Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, acusa o neoliberalismo, condena seus males sociais e lamenta a impotência do poder político diante de interesses financeiros. O texto identifica os riscos, as injustiças e as imoralidades do sistema. Critica duramente a especulação financeira. O documento denuncia também a irresponsabilidade "sem rosto" do mercado e seu crescente distanciamento do bem comum e dos direitos humanos. O sistema financeiro não produz nada. As áreas produtivas se tornam um meio para os especuladores ganharem mais dinheiro, gerando profundo desequilíbrio. “O sistema financeiro, incapaz de se governar, agrava a desigualdade e intensifica a exploração dos trabalhadores através precarização e desmonte dos direitos. Este sistema opera em um

vazio ético, no qual o único imperativo é a maximização dos lucros. A economia deve reconhecer que a pessoa humana é um "ser relacional" que deve ser "entendido pelo que a revelação chama de "comunhão". Afirma o documento: "Nenhum ganho é realmente legítimo quando diminui o horizonte da promoção integral da pessoa humana, da destinação universal dos bens e da opção preferencial pelos pobres". A verdadeira economia deve reconhecer que a pessoa humana é um "ser relacional" que deve ser "entendido pelo que a revelação cristã chama de "comunhão". Afirma o documento: "Nenhum ganho é realmente legítimo quando diminui o horizonte da promoção integral da pessoa humana, da destinação universal dos bens e da opção preferencial pelos pobres".

Soluções? Que a política não esteja a serviço das finanças, mais regras para o sistema financeiro, imposto mundial sobre transações offshore, mudanças estruturais para resolver o problema da dívida pública, reformar o sistema bancário e o mercado de renda fixa e controlar as transações eletrônicas. A DSI defende uma relação equilibrada entre economia política e democracia:

A política não deve submeter-se à economia. Pensando no bem comum, precisamos imperiosamente que a política e a economia, em diálogo, se coloquem decididamente ao serviço da vida, especialmente da vida humana. A salvação dos bancos a todo o custo, fazendo pagar o preço à população, sem a firme decisão de rever e reformar o sistema inteiro, reafirma um domínio absoluto da finança que não tem futuro e só poderá gerar novas crises (*Laudato si*, n. 189).

A pessoa humana é fundamento e fim da convivência política. Ela é responsável pelas próprias escolhas e capaz de perseguir projetos que dão sentido à sua vida, tanto no plano individual como no plano social. A comunidade política tem na referência ao povo' a sua autêntica dimensão. Uma comunidade humana se transforma em comunidade política (*pólis*) através do diálogo de *civilis* (cidadão). O diálogo possui como meio a argumentação racional que busca acordos mínimos. Conviver consiste em falar e escutar. Urge restaurar a cidadania (*civilis*) em seu sentido originário, para restaurar o diálogo como alicerce da comunidade política. O conceito de cidadania é inseparável do conceito democracia. A cidadania supõe consciência de pertença a uma *comunidade política*. A comunidade política exige um marco global de convivência que permita a todos os cidadãos o exercício da liberdade.

É urgente recompor a cidadania e restaurar a democracia:

A Igreja encara com simpatia o sistema da democracia, enquanto assegura a participação dos cidadãos nas opções políticas e garante aos governados a possibilidade de escolher e controlar os próprios governantes, quer de os substituir pacificamente, quando tal se torne oportuno; ela não pode, portanto, favorecer a formação de grupos

restritos de dirigentes, que usurpam o poder do Estado a favor dos seus interesses particulares ou dos objetivos ideológicos. Uma autêntica democracia só é possível num Estado de direito e sobre a base de uma reta concepção da pessoa humana (João Paulo II, *Centesimus annus*, n.46).

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. *O Que é Política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ARISTOTELES. *A Política*. São Paulo: Atena, 1957

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Campus, 2000

CASTELLS, Manoel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, pg. 188.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian: *A Nova Razão do Mundo*. Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação - as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SMITH, A. *A teoria dos sentimentos morais* (1759). Madrid: Alianza, 1997.